

Doc 7

RELATÓRIO ANUAL
DO

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DOS
JULGADOS DE PAZ

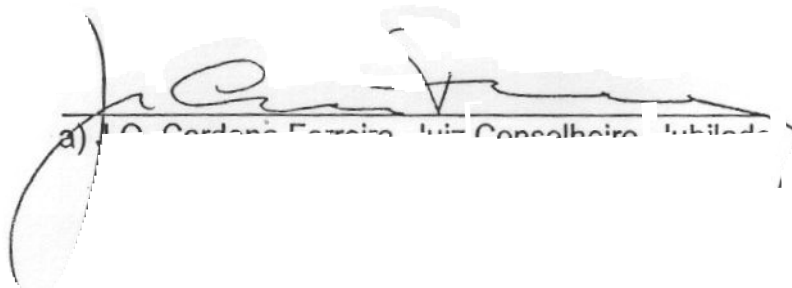
PARA APRESENTAR
À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E AO GOVERNO

JUNHO DE 2004

Aprovado na sessão de 14 de Julho de 2004

Lisboa, 15 de Julho de 2004

O Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz


a) João Carlos Ferreira, Juiz Conselheiro Jubilado



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

1

I PREÂMBULO

1 - O Conselho de acompanhamento da Criação, Instalação e Funcionamento dos Julgados de Paz (*mais facilmente e com adequada abrangência se diria, cremos, simplesmente, Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz ou, mesmo, Conselho dos Julgados de Paz*), em funcionamento desde Agosto de 2001, tinha de apresentar, durante a primeira quinzena de Junho de 2002, um relatório de avaliação dos recriados, ditos experimentais, Julgados de Paz, à Assembleia da República.*¹

Esse dever foi cumprido, conforme texto que o Conselho aprovou em 04 de Junho de 2002, *no claro sentido de reconhecimento do mérito dos Julgados de Paz e, mesmo, da sua indispensabilidade* como significativo contributo para ajudar a combater os problemas da Justiça portuguesa e a viabilizar a realização do *direito fundamental de acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efectiva*, essencial à cidadania e à Democracia, *com a amplitude do art.º 20.º da C.R.P.* e na linha do prescrito em outros normativos constitucionais*². Não que os Julgados de Paz fossem, ou sejam, algo como um *passe de mágica* que tudo resolverá. Mas como um factor que será *tão mais importante quanto mais clara a estratégia deliniável, o rigor e a dimensão da implementação e os meios efectivamente disponibilizados*. Tudo isto, assumindo que os Julgados de Paz têm uma causa final *imediata* que é o serviço à cidadania e uma causa-meio *mediata* que é o desafogo dos Tribunais Judiciais.

O Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz teve, posteriormente, o gosto de conhecer um douto Parecer da 1ª Comissão da Assembleia da República – Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias – genericamente consentâneo com aquele relatório e, portanto, com o desenvolvimento da recriada instituição dos Julgados de Paz *³. Tal Parecer ~~foi~~ a Plenário da Assembleia da República e não foi objecto de qualquer alteração

¹ - Art.º 65.º n.º 3 da Lei n.º 78/2001, de 13.07

² - Arts. 202.º n.º 4, 209.º n.º 2, 217.º n.º 3 da C.R.P.

³ - Art.º 66.º da Lei n.º 78/2001



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

2

Em harmonia com tudo isto, o reforço do projecto dos Julgados de Paz faz, actualmente, parte do Programa do Governo e teve reflexos na legislação sobre Grandes Opções do Plano.

Com explícita raiz na Constituição da República Portuguesa, estavam criadas as condições, ao mais alto nível dos Órgãos de Soberania, para o desenvolvimento sustentado do projecto.

2 – Posteriormente ao relatório de 04 de Junho de 2002, em 8 de Outubro do mesmo ano, recomposto o Conselho após as eleições legislativas de 2002, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz elaborou e aprovou um lato conjunto de concretas sugestões e recomendações de reforma de toda a panóplia legal e regulamentar que conviria assumir como adequado suporte normativo da instituição Julgados de Paz. O Conselho sugeriu que a Assembleia da República e o Governo, na aurora de uma nova fase destes Meios Alternativos de Resolução de Diferendos, reapreciassem e alterassem a inerente normatividade; e, para esse efeito, repete-se, *logo, o Conselho passou das generalizações abstractas aos pormenores concretos* e formulou propostas casuísticas, desde a necessária revisão da Lei n.º 78/2001 (que foi uma excelente lei inicial mas, para prosseguimento do projecto, necessitava e, ainda inalterada, necessita de revisão e reformulação em pontos vários) até todo o restante enquadramento normativo dos Julgados de Paz.

A partir daqui e para além de assegurar o funcionamento jurisdicional dos Tribunais que são os Julgados de Paz, solucionando ou encaminhando as mais variadas questões que, como é natural, iam, e vão, ocorrendo, o Conselho foi estando atento aos problemas de fundo, insistindo com sugestões e recomendações.

Uma das propostas que o Conselho formulou foi no sentido de dever elaborar um relatório até ao fim de Fevereiro de cada ano, sobre o ano anterior, a apresentar à Assembleia da República e ao Governo. Como esta sugestão ainda não fora, e ainda não foi, transformada em Lei, em Junho/Julho de 2003, o Conselho interpretou, extensivamente, o inicial (e actual) n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 78/2001, tendo elaborado e aprovado um relatório anual que apresentou à Assembleia da República e ao Governo. Esse relatório de 2003 reflectia a situação que ocorria, seguia a linha



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ**

3

de orientação do relatório de 2002 e apostava que o projecto - *conforme os Órgãos de Soberania haviam deliberado* – deveria prosseguir a ser ampliado e, para tanto, necessitava de revisão da moldura normativa, sendo certo que tal necessidade se mantém, a começar no concenrente à Lei n.º 78/2001, embora alargado a todo o conjunto normativo dos Julgados de Paz, conforme este Conselho concretizara nas suas sugestões e recomendações de 8 de Outubro de 2002.

Passado mais um ano, novamente este Conselho entende que deve apresentar um relatório à Assembleia da República e ao Governo, ainda por interpretação extensiva do n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 78/2001, cuja redacção se mantém.

Porém, não é, nem se justificaria que fosse, um relatório demasiado extenso, mas que enfatiza 3 pontos fundamentais, após este preâmbulo, a saber: a valia do projecto; a subsistente necessidade de revisões normativas; alguns aspectos relatados pelos Julgados de Paz (que, por decisão nossa, todos os meses nos apresentam relatórios circunstanciados e nos dão conhecimento do teor das decisões finais).

Naturalmente, tudo isto sem prejuízo das enumeras deliberações que foram sendo tomadas por este Conselho, sendo certo que, quando se justificou, delas foi sendo dado conhecimento aos Órgãos de Soberania competentes.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

4

II

A VALIA DO PROJECTO DOS JULGADOS DE PAZ

Mantém-se a firme convicção do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz acerca da segura valia do projecto e, mesmo, da sua indispensabilidade, conforme já se aflorou, como contributo para a melhoria do sistema global de Justiça, na procura do respeito pelas várias vertentes do direito *fundamental, dos Cidadãos*, de acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efectiva, mormente no que concerne a prazo razoável e a processo equitativo *⁴

Aliás, os Julgados de Paz, como a generalidade dos Meios hoje ditos extrajudiciais, são antiquíssimos na cultura e no espaço portugueses, provindo, mesmo, desde antes da nacionalidade, tendo porém sido esquecidos durante a segunda metade do século XX. *⁵

Claro que estes factores históricos têm dois aspectos formalmente conflitantes, carecendo de algo que incline o prato da balança da Justiça. Por um lado, temos que este tipo de instituições de Justiça se adequa à idiossincrasia portuguesa e aos desejos dos cidadãos comuns incomodados com excessos de demoras e de uma das suas principais causas: o regulamentarismo. Os Julgados de Paz são de acção escassamente regulamentada e célere.

Mas as dezenas de anos de apagamento dos Julgados de Paz, na 2ª metade do Sec. XX, foram excessivo tempo. Muitos cidadãos, embora desgostando do regulamentarismo e das inevitáveis delongas judiciais, criaram hábitos, e os Julgados de Paz apareceram, à generalidade das actuais gerações, não como a recuperação de algo ancestralmente útil mas, sim, como algo novo e, então, surge a ideia do "esperar para ver". Só que esta orientação reflecte um dilema tipo "quadratura do círculo" que alguém ou algo tem de ultrapassar. É que, se os cidadãos ficam à espera de ver para crer, como, quem e com que ritmo se pode verificar a utilidade dos Julgados de Paz?

⁴ - Art.º 20.º da C.R.P.

⁵ - V.g. Galhardo Coelho, Julgados de Paz e Mediação de Conflitos, 13; Francisco Cortez, O Direito, 1192, III/IV



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

5

A solução deste problema passa por uma firme e constante atenção, pela divulgação de resultados e de opiniões, aos níveis local e nacional e, principalmente, por insistente divulgação através de meios de comunicação simples, claros, objectivos que chamam os cidadãos a comprovarem como funciona um Julgado de Paz. Sem isto e sem uma renovada legislação apelativa, tudo será mais difícil.

Vamos ao ponto de desejamos que os cidadãos sejam convidados a visitarem e a verificarem o funcionamento dos Julgados de Paz, designadamente utentes.

Ou seja: a divulgação não é algo que alguma vez fique feita. Tem de ser feita permanentemente.

Por outro lado, é seguro que a grande maioria dos cidadãos que alguma vez utilizaram os serviços de um Julgado de Paz são os seus melhores divulgadores, face ao que encontram, quanto ao gosto de quem os recebe, à simplicidade, à ajuda, à celeridade.

Pensamos, outrossim que, numa perspectiva de respeito pelo princípio da igualdade e, portanto, de disseminação progressiva e sustentada dos Julgados de Paz por todo o País, Continente e Regiões Autónomas, ponderando a componente autárquica dos Julgados de Paz, a divulgação deve ser *especial* onde há Julgados de Paz, mas também deve ser *geral* onde ainda não há. E, decerto, cremos que convém conhecer a programação que exista.*⁶

Em verdade, a partir dessa programação, *ou antes dela*, o Estado pode tomar a iniciativa de colocar a hipótese dos Julgados de Paz aos Municípios. Claro que tudo terá de ser faseado, mas isto não impede uma programação sustentada e concertada. Obviamente, é a título de colaboração que fazemos esta análise.

Em 2004 foram instalados mais 8 Julgados de Paz, todos no Continente e a Norte do Tejo. Ainda bem que foram instalados. Mas seria interessante estender a instituição ao Sul do Seixal e às Regiões Autónomas.

O Conselho concorda com Agrupamentos de Concelhos o que, aliás, resulta da lei.*⁷ Mas alguns Agrupamentos talvez sejam demasiado extensos, para mais só com um Juiz de Paz cada um (conforme se reflectirá adiante, a partir de relatórios

⁶ - Art.º 66.º da Lei n.º 78/2001

⁷ - Art.º 4.º da Lei n.º 78/2001



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ**

6

dos Julgados de Paz); atendendo a que, *com muitos ou poucos processos, o Juiz de Paz, por força do princípio da proximidade, deve deslocar-se a todos os Postos de Atendimento e Delegações em Concelhos não sede do Julgado de Paz.* Referimo-nos, em especial, aos Julgados de Paz sediados em Santa Marta de Penaguião e Tarouca. Todavia, a experiência ainda é muito pequena, posto que os novos Julgados de Paz instalados em 2004, foram-no entre Março e Maio. Mas, chegam-nos referências a problemas de aparentes confusões (*temos de nos colocar na situação do Cidadão utente*) entre serviços dos Julgados de Paz e serviços municipais que num próximo futuro melhor esclarecerá ou, como desejamos, eliminará.

Juntamos um *mapa estatístico, com referência a 30 de Abril de 2004*, considerando que os últimos relatórios mensais dos Julgados de Paz ponderáveis para este nosso relatório foram os recebidos em Maio p.p.:

"Estatística Mensal – Global – Abril 2004"

Julgado de Paz de Lisboa

Data de instalação : 21 – 01 – 2002

Processos Distribuídos no mês: 35 – total: 434

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 99 – 22,81%

Processos findos até ao final do mês: total: 359 – 82,72%

Recursos: no mês: 0 - total: 6

Duração média: 44 dias

Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada

Data de instalação : 22 – 01 – 2002

Processos Distribuídos no mês: 04 – total: 195

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 71 – 38,80%

Processos findos até ao final do mês: total: 183 – 93,85%

Recursos: no mês: 0 - total: 1

Duração média: 36 dias

Julgado de Paz do Seixal

Data de instalação : 01 – 02 – 2002

Processos Distribuídos no mês: 29 – total: 332

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 54 – 16,26%

Processos findos até ao final do mês: total: 268 – 80,72%

Recursos: no mês: 0 - total: 1

Duração média: 39 dias



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JUÍZADOS DE PAZ**

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

Data de instalação : 28 – 02 – 2002

Processos Distribuídos no mês: 89 – total: 565

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 208 – 36,81%

Processos findos até ao final do mês: total: 422 – 74,69%

Recursos: no mês: 1 - total: 6

Duração média: 40 dias

Julgado de Paz de Miranda do Corvo

Data de instalação : 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos no mês: 02 – total: 07

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 02 – 28,58%

Processos findos até ao final do mês: total: 03 – 42,85%

Recursos: no mês: 0 - total: 0

Duração média: 28 dias

**Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião,
Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real**

Data de instalação : 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos no mês: 05 – total: 07

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 03 – 42,86%

Processos findos até ao final do mês: total: 04 – 57,14%

Recursos: no mês: 0 - total: 0

Duração média: 16 dias

**Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro
Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende**

Data de instalação : 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos no mês: 03 – total: 08

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 03 – 37,50%

Processos findos até ao final do mês: total: 04 – 50,00%

Recursos: no mês: 0 - total: 0

Duração média: 26 dias

Julgado de Paz de Terras de Bouro

Data de instalação : 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos no mês – 07 – total: 14

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 02 – 14,29%

Processos findos até ao final do mês: total: 07 – 50,00%

Recursos: no mês: 0 - total: 0

Duração média: 27 dias



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ**

8

Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares

Data de instalação : 01 – 03 – 2004

Processos Distribuídos no mês – 03 – total: 07

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: 03 – 42,86%

Processos findos até ao final do mês: total: 04 – 57,14%

Recursos: no mês: 0 - total: 6

Duração média: 13 dias

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho

Data de instalação : 05 – 04 – 2004

Processos Distribuídos no mês – 04 – total: 04

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: –%

Processos findos até ao final do mês: total: –%

Recursos: no mês: - total:

Duração média: dias

Julgado de Paz do Porto

Data de instalação : 15 – 04 – 2004

Processos Distribuídos no mês – 18 – total: 18

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: ... –%

Processos findos até ao final do mês: total: ... –%

Recursos: no mês: - total:

Duração média: dias"

Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso

Data de instalação : 17 – 05 – 2004

Processos Distribuídos no mês – – total:

Processos findos por Mediação até ao final do mês: total: –%

Processos findos até ao final do mês: total: –%

Recursos: no mês: - total:

Duração média: dias"

— X —

Resultam alguns elementos significativos, por exemplo: os significativos aumentos de serviço em Vila Nova de Gaia, Lisboa, Seixal, mormente após o aumento das competências territoriais; em contraste com uma certa estagnação no Julgado de Paz sediado em Oliveira do Bairro, esperando-se que haja uma renovada intervenção quando for estabelecido Protocolo com os Concelhos de Águeda,

Anadia e Mealhada, integrados no mesmo Agrupamento ^{*8} mas, neste momento, ainda sem Protocolo entre o Estado e os Municípios referidos.

É significativo, como resulta do exposto quer, ainda em 2003, os Julgados de Paz de Lisboa, Seixal, e Vila Nova de Gaia tenham passado a abranger a plenitude dos respectivos Concelhos.^{*9}

E, como já se aflorou, já em 2004, foram instalados os novos Julgados de Paz de:

- Terras de Bouro – instalado em 01-03-2004
- Vila Nova de Poiares – idem
- Miranda do Corvo – idem
- Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende – idem
- Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real – idem
- Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-velho – instalado em 05.04.2004
- Porto – instalado em 15.04.2004
- Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso – instalado em 17.05.2004.

Alguns dos problemas de percurso, solucionáveis, reportam-se aos casos em que há Delegações ou Postos de Atendimento em que os respectivos funcionários desempenham, *também*, funções autárquicas; ou em que têm dias ou (e) horas de serviço inferiores às sede do Julgado de Paz; e, por outro lado, face ao *princípio da proximidade*, os Juízes de Paz devem deslocar-se, frequentemente, aos Postos de Atendimento e às Delegações e, em todos os casos dos Agrupamentos instalados em 2004, só há um Juiz de Paz, trazendo dificuldades em caso de alguma dispersão como são as situações dos Julgados de Paz sediados em Tarouca e Santa Marta de Penaguião. Em verdade, os Agrupamentos são, em geral, solução boa; necessário é que, no concreto, se disponha de condições adequadas. Mas é claro que *uma maior*

⁸ - Art.º 3.º do DL n.º 329/2001, na redacção do DL n.º 140/2003, de 02.07.

⁹ - Art.º 3.º do DL n.º 329/2001, na redacção do DL n.º 140/2003, de 02.07.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

10

experiência melhor esclarecerá, tendo em atenção a necessidade de se evitar aparente confusão de funções de funcionários de Julgados de Paz e de Autarquias.

E há que realçar uma circunstância muito importante: *não obstante os significativos aumentos das competências territoriais dos mais antigos Julgados de Paz continuam a acabar os processos, em média, num espaço de tempo entre 1 e 2 meses.*

Para o genérico êxito dos Julgados de Paz, obviamente, é fundamental a dedicação de quem, nelas, trabalha, e a conjugabilidade: Juizes de Paz, Mediadores, Funcionários.

Obviamente, onde há pessoas e actuações de quem tem de decidir, poderá acontecer aparecerem casos em que alguém se queixa de um Juiz de Paz. O *Concelho de Acompanhamento recebeu, até hoje, 4 reclamações ou queixas de cidadãos: após averiguações, todos esses processos foram arquivados, não se tendo justificado a aplicação de qualquer medida de carácter disciplinar.*

As instituições do tipo Julgados de Paz e, aliás, mais genericamente falando, Meios Extrajudiciais de Resolução de Diferendos estão, hoje, divulgados por todo o espaço cultural em que nos inserimos e, aliás, Meios Extrajudiciais existem um pouco por todo o mundo, conforme os tipos de sociedade.^{*10}

Mas, no espaço cultural em que nos inserimos, instituições deste tipo são um êxito, maior ou menor, por todo o lado, chamem-se Julgados de Paz, Juizados Especiais, Giudice di Pace, Juges de Proximité; etc, etc.

*Os vários Meios Alternativos ou Extrajudiciais são objecto de Recomendações do Conselho da Europa ^{*11} e de estudos, projectos e decisões da União Europeia ^{*12}, que não deixam mais qualquer dúvida acerca do mérito, da expressão, da indispensabilidade dos Meios Alternativos ou Extrajudiciais de Resolução de Diferendos.*

¹⁰ - Armando Marques Guedes, "Sub Judice", 25, 21

¹¹ - V.g. Recomendação n.º R (86) 12, do Comité de Ministros, de 16.09.1986

¹² - V.g. Livro Verde, da Comissão, de 19.04.2002

Art.º III 170 n.º 2 g) do Projecto de Tratado Constitucional
Decisão-quadro, do Conselho, de 15.03.2001



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

11

Veja-se, designadamente, que o art.º 17.º da *Decisão Quadro da U.E. (Conselho)*, de 15.03.2001 *impõe, na perspectiva da Justiça Restaurativa que, mesmo em matéria penal, os Estados-Membros ponham em vigor Meios que privilegiem a mediação até 22 de Março de 2006.* Pense-se que a lei sobre Julgados de Paz já prevê que estes têm competência para decidir sobre pedidos cíveis decorrentes de pequena criminalidade e que, nos Julgados de Paz, se privilegia a mediação ^{*13}.

E acrescente-se que, em tantos casos de pequena criminalidade, a detenção ou prisão só pode prejudicar e que os *Julgados de Paz estão vocacionados para privilegiarem a restauração da paz e a aplicação de medidas a favor da comunidade.* Ponto é que, onde não haja e enquanto não haja Julgado de Paz, outras instituições jurisdicionais só possam aplicar a mesma panóplia de medidas decisórias a casos semelhantes.

Enfim, tudo isto para dizer que os Meios Extrajudiciais ou Alternativos são, hoje, incontornáveis. *E o grande significado dos Julgados de Paz portugueses está em ter bases constitucionais ^{*14} e em conjugarem os pressupostos e os méritos da mediação com a possibilidade de intervenção de um Juiz, que dê eficácia ao acordo que a mediação tenha obtido ou supra a falta de acordo.* E todo o conteúdo, toda a essência, de procedimento, pela informalidade, pela proximidade, pela celeridade, é *diferente* do que acontece nos Meios Comuns de Justiça que, aliás, continuarão a ser a espinha dorsal das instituições jurisdicionais.

Na mesma linha, atrás referida, de internacionalismo dos Meios Alternativos, está ainda o Groupement des Magistrats Pour la Mediation, sediada em França, e que tem intervenção no processo legislativo dos Meios Alternativos Extrajudiciais ou Alternativos à Justiça Comum, ao nível da U.E., actualmente preocupado com os modos de complementar a intervenção da mediação, assunto que Portugal resolveu, juntamente, através dos Julgados de Paz.

¹³ - Arts. 9.º n.º 2 e 3 e 49.º e Segs da Lei n.º 78/2001

¹⁴ - Arts. 202.º n.º 4, 209.º n.º 2 e 217.º n.º 3 da C.R.P

III

NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES NORMATIVAS

1. O Conselho de Acompanhamento dos Juizados de Paz, com os escassos meios de que dispõe, tem-se dedicado, diariamente, permanentemente, a assegurar o adequado funcionamento dos Juizados de Paz, na medida do que lhe compete, inclusive e com muita relevância no constante apoio aos Juízes de Paz, nas mais variadas questões, e sem beliscar a independência jurisdicional que, também para os Juízes de Paz, decorre da Constituição, tal como para qualquer tipo de Tribunais.¹⁵ Naturalmente, esta acção do Conselho de Acompanhamento, tão discreta e ignorada como importante e, mesmo, indispensável, só é possível graças à colaboração genérica dos Juízes de Paz, cuja disposição assumida é no sentido de dedicação à instituição dos Juizados de Paz. Cremos que os Juízes de Paz sabem – até porque este Conselho tem insistido nesta nota – que, por mais que os Juizados de Paz sejam necessários, e são, para os Cidadãos portugueses, o êxito ou inêxito dos Juizados de Paz depende, em grande parte, da postura e da conduta dos Juízes de Paz.

Nesta linha de pensamento, este Conselho procurou que, principalmente os Juízes de Paz nomeados mais de dois anos depois do respectivo concurso, tivessem passado por um estágio que propusemos e para o qual até fizemos projecto de Portaria.

Como acabou por não ser possível a realização desse estágio, este Conselho estabeleceu um programa de apoio dos Juízes de Paz mais antigos aos novos, no que contou com a colaboração dos Juízes de Paz e, por outro lado, da D.G.A.E. no concernente a pagamentos de algumas deslocações, porque este Conselho ainda não dispõe de autonomia financeira.

De todo o modo, esta medida não chega. É absolutamente *indispensável* e, naturalmente, *quanto mais depressa, melhor*, a realização de uma acção de *formação contínua* a todos os Juízes de Paz, no concernente às *vertentes humanista, psicológica, ética, deontológica e técnico-jurídica*, porventura em

¹⁵ - Art.º 203.º da C.R.P.

harmonia com uma Universidade, sendo certo que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa já se manifestou disponível para intervir na formação de Juízes de Paz.

Este Conselho já propôs uma tal acção de formação contínua ao Ministério da Justiça; e ora se renova essa recomendação como extremamente importante.

2. A nota que antecede exige mínima normatividade, na linha *mutatis mutandis* da Portaria n.º 1006/2001, de 18.08 e subsequentes.

Mas este Conselho tem-se preocupado com *toda a moldura normativa dos Julgados de Paz, na base dos arts. 202.º n.º 4, 209.º n.º 2 e 217.º n.º 3 da Constituição da República Portuguesa.*

Daí que, conforme já aflorado, tenhamos feitas várias sugestões e recomendações aos competentes Órgãos de Soberania a quem cabe deliberar: a Assembleia da República e o Governo.

As nossas propostas vêm desde 8 de Outubro de 2002, aliás já no seguimento do relatório, deste Conselho, de 4 de Junho de 2002.

Essas propostas *começaram* por incidir sobre a necessidade de revisão da Lei n.º 78/2001, de 13.07. Em verdade, tratou-se de uma boa lei, tão simples como convém, que a Assembleia da República, Órgão competente, aprovou por unanimidade, acerca da organização, competência e funcionamento dos Julgados de Paz. Mas, ultrapassada uma 1ª fase experimental e assumindo que o projecto do renascimento dos Julgados de Paz é válido, designadamente à luz do direito fundamental à Justiça ^{*16}, naturalmente, haveria, e há, que rever aquela lei básica.

E sabemos que o Governo elaborou um projecto de proposta de revisão da Lei n.º 78/2001, a apresentar à Assembleia da República. Com efeito, em 2 de Junho de 2003, este Conselho recebeu o referido projecto, para emissão de parecer. O parecer deste Conselho foi elaborado e, após aprovado em 2 de Julho de 2003, foi enviado ao Governo. O nosso parecer era concordante na generalidade, ainda que tenhamos reflectido e insistido por algumas alterações.

¹⁶ - Art.º 20.º da C.R.P.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JUÍZES DE PAZ

14

Tivemos, depois, conhecimento da audição de outras entidades e da redacção de textos reelaborados. *Ainda que não tenha sido pedido qualquer outro parecer a este Conselho, temos continuado a expressar, como é nosso dever, a necessidade de revisão da Lei n.º 78/2001, e de reponderação de determinadas matérias, como indispensável para o útil desenvolvimento do projecto.*

Assim e além do mais, temos como segura a necessidade de:

- É indispensável a urgente revisão do art.º 25.º da Lei n.º 78/2001, mantendo a competência deste Conselho para nomear e exercer acção disciplinar quanto aos Juizes de Paz. Mas, para isto, há que admitir a renovação de nomeações ao fim do 1º triénio, ainda que, para tanto, convenha *que este Conselho disponha de meios averiguadores de condições subjectivas* como as referidas a propósito de acção de formação contínua. Há que frisar, mais uma vez, que *não se deve prescindir, sem mais, dos Juizes de Paz com mais experiência, que os primeiros triénios ocorrerão já dentro de cerca de 6 meses e que tudo leva o seu tempo. É matéria muito urgente.*
- Dado o valor diminuto da alçada *judicial* de 1ª instância, não faz sentido que tal continue a ser um dos limites de intervenção dos Julgados de Paz ^{*17}, Meio *Extrajudicial* de Resolução de Diferendos; e porque os Julgados de Paz não são um subsistema, não faz sentido que não tenham competência para execução do que eles próprios decidem ^{*18}, nem fez sentido que, cabendo recurso, este não vá, enquanto não houver Julgado de Paz de 2º grau, directamente, para uma Relação, tal como acontece quanto a outro Meio Extrajudicial, os Tribunais Arbitrais. ^{*19}
- Convém expressar que os Julgados de Paz têm competência para conhecer de procedimentos cautelares referentes a acções da sua competência material. ^{*20}
- Convém expressar que, tratando-se de Meio Extrajudicial, não pode deixar de ser este Conselho a conhecer de impedimentos ou suspeições de Juizes de Paz. ^{*21}

¹⁷ - Art.º 8.º da Lei n.º 78/2001

¹⁸ - Art.º 6.º da Lei n.º 78/2001

¹⁹ - Art.º 62.º n.º 1 da Lei n.º 78/2001 e art.º 29.º n.º 1 da Lei n.º 31/86, de 29.08

²⁰ - Art.º 9.º da Lei n.º 78/2001

²¹ - Art.º 21.º da Lei n.º 78/2001



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

15

- Evitando impasses inconvenientes para a celeridade e passíveis de má-fé, não deverão um incidente ou um pedido de perícia implicarem remessa a foro judicial.^{*22}
- Não deve deixar de ser possível reconvenção se a eventual matéria for inserível na competência dos Julgados de Paz.^{*23}
- A Justiça *não formal* dos Julgados de Paz é incompatível com a confissão *ficcionada*, ainda que semi-plena, a partir da não contestação e da falta.^{*24} O Juiz deve poder, sempre, averiguar.
- A existência e funcionamento do Conselho de Acompanhamento têm toda a justificação, inclusive constitucional ^{*25}, posto que os Julgados de Paz são Meios *Extrajudiciais* de Resolução de Conflitos. Mas este Conselho necessita, além do mais, de *recomposição* que o torne mais operacional, *mormente com a inclusão de um ou dois Juízes de Paz, pelo menos um Advogado e um solicitador*. E necessita de meios pessoais, legais, logísticos, de designação de quem realize acções in loco do tipo, se necessário, inspectivo ou averiguativo. Como há que prever uma regulamentação de quadro de pessoal, meios administrativos e financeiros, etc. E, decerto, este Conselho deverá apresentar um relatório anual à Assembleia da República e ao Governo.
- Há que ponderar a inserção, na competência dos Julgados de Paz, do alcance da Justiça Restaurativa, à luz da Decisão-Quadro, do Conselho da União Europeia, de 15.03.2001 e no desenvolvimento do art.º 9.º n.º 2 da Lei n.º 78/2001.
- Outrossim, deve ser explicitado que, como é lógico, este Conselho deve ser ouvido sobre toda a normatividade sobre Julgados de Paz, para poder realizar o seu dever de *acompanhamento*.

Aliás, as notas que antecedem são, apenas, uma *súmula de alguns pontos* acerca dos quais este Conselho tem insistido desde o seu relatório inicial e das subsequentes propostas de 8 de Outubro de 2002.

²² - Art.º 41.º e 59.º da Lei n.º 78/2001

²³ - Art.º 48.º da Lei n.º 78/2001

²⁴ - Art.º 58.º da Lei n.º 78/2001

²⁵ - Art.º 217.º n.º 3 da C.R.P.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

16

Nesta mesma linha de pensamento e frisando uma das normas regulamentares dos Julgados de Paz, não podemos deixar de voltar a referir a necessidade de revisão da *Portaria n.º 436/2002, de 22.04*, cujo art.º 9.º continua a criar justificadas preocupações na Advocacia – ainda que, a nosso ver, o segmento mais em causa nem seja aplicável por violar não só o Estatuto da Ordem dos Advogados como o próprio art.º 20.º n.º 2 Constituição da República Portuguesa.

Outrossim e também a título de exemplo que exige atenção urgente, está o n.º 7 da *Portaria n.º 1456/2001, de 28.12*, sobre custas que, literal mas impressivamente, prevê redução de custas quando haja “acordo alcançado através de mediação”, esquecendo que, muitas vezes, o acordo é alcançado *em fase de directa intervenção do Juiz de Paz e que, aliás, às vezes, nem existe a fase da mediação.*^{*26}

²⁶ - Arts. 49.º n.º 1 e 63.º da Lei n.º 78/2001 e art.º 652.º n.º 2 do C.P.C.

IV
NOTAS COMPLEMENTARES

Como flúi do exposto, actualmente, existem 12 Julgados de Paz, ou seja, os 4 iniciais e mais 8, a saber, por ordem de data de instalação:

1. Julgado de Paz de Lisboa;
2. Julgado de Paz de Oliveira do Bairro;
3. Julgado de Paz do Seixal;
4. Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia;
5. Julgado de Paz de Terras de Bouro;
6. Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares;
7. Julgado de Paz de Miranda do Corvo;
8. Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende;
9. Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso de Régua; Sabrosa e Vila Real;
10. Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho;
11. Julgado de Paz do Porto;
12. Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso.

Resulta, assim, que o último desta série foi instalado em 17 de Maio de 2004. E, como se disse, porque este relatório teve de ser projectado, discutido e aprovado, os relatórios mensais, dos Julgados de Paz, ponderados, para elaboração deste texto, foram-no até aos recebidos em Maio de 2004 (reportados a 30 de Abril de 2004), donde se infere que, então, ainda não havia relatório do Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira/Trancoso. Mas estivemos lá aquando da cerimónia de instalação e achámos o ambiente, claramente, positivo.

Retira-se, designadamente, do que nos foi relatado:

- a) Julgado de Paz de Lisboa é o mais antigo dos instalados até agora.



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ**

18

De 2002 para 2003 teve um crescimento processual de 52%. De 2003 para 2004, considerados os primeiros meses de 2004, o crescimento é estimável em 304% - o que, em significativa parte, decorre do aumento da competência territorial, embora com os mesmos meios. Em 2002, foram concluídos 90 processos; em 2003, 172; nos primeiros meses de 2004, 141 processos. Duração normal de pendência, em 2004, 43 dias . Somando os casos de 2002, 2003 e, até agora, 2004: apenas 7 recursos.

Actualmente, verifica-se intervenção de Advogado em cerca de 50% dos casos.

Muito positiva a receptividade pelos cidadãos.

Tem havido divulgação pelos próprios Juízes de Paz, Mediadores e Funcionários.

O Julgado de Paz está preocupado com aquilo a que chama a "indefinição do vínculo laboral dos funcionários".

Os Juízes de Paz respectivos propõem:

"... considera-se adequado:

- promover, a nível oficial e institucional, a divulgação eficaz do Julgado de Paz junto dos respectivos destinatários, os cidadãos, com eventual empenhamento da Câmara Municipal;
- perspectivação da criação, a curto prazo, de secções do Julgado de Paz noutras pontas da cidade;
- aumento do pessoal técnico afecto ao Julgado de Paz para que possam ser efectuadas citações por funcionário, para que possa afectar-se um funcionário à triagem das situações apresentadas e, essencialmente, para que possa manter-se a qualidade do atendimento telefónico (ocorrem julgamentos diários, com a inerente ocupação de um funcionário, deixando apenas dois para o atendimento ao público, os quais, frequentemente, estão simultaneamente ocupados em atendimento presencial);
- garantir o acesso do Julgado de Paz, ainda que reservado, às bases de dados da Direcção Geral das Contribuições e impostos; Serviços de Segurança Social e Serviços de Identificação Civil e Criminal com vista à



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ**

19

agilização das citações através da rápida obtenção da morada do citando sem o que pode ficar agravado o tempo médio de resolução dos processos;
- dotar o Julgado de Paz de um porteiro ou de um agente de segurança".(...)

E, na parte final, entre o mais, dizem:

" (...)

Finalmente, queremos dizer que, sendo certo que a cooperação de todos os agentes de administração da justiça é fundamental, esta verdade justifica, a nosso ver, a existência, nas instalações dos Julgados de Paz, de gabinetes de consulta jurídica, em articulação com a Ordem dos Advogados, destinados a aconselhamento em questões de maior complexidade jurídica quando apresentadas por cidadãos com menor nível de instrução/conhecimentos e menores capacidades económicas. Efectivamente, surgem muitas questões que, se passassem pelo crivo de um advogado não seriam apresentadas desde que patrocinadas por advogado".

b) O segundo Julgado de Paz mais antigo é o sediado em Oliveira do Bairro. Começou por ser só do Concelho de Oliveira do Bairro. Mas, por força do DL n.º 140/2003, de 02.07, passou a ser Agrupamento de Concelhos de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada. Porém, tem tido escasso movimento, aguardando-se que, quando houver Protocolo entre o Estado e aqueles Municípios, tal tenha efeito positivo na divulgação e no movimento deste Julgado de Paz que, aliás, sempre primou por ser dos melhor organizados.

A duração média de pendência dos processos é de 36 dias.

Desde o princípio, só teve 3 recursos.

Tem-se notado, especialmente, por resolver antigas questões de direitos reais que se arrastavam, há demasiado tempo, até surgir o Julgado de Paz.

c) Quanto ao Julgado de Paz do Seixal, teve um significativo aumento de movimento quando passou a abranger todo o respectivo Concelho.

Já movimentou 332 processos, 29 dos quais entrados em Abril de 2004.



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JUÍZADOS DE PAZ

4²⁰

Média temporal de cada processo: 39 dias

O Julgado de Paz do Seixal foi visitado por pessoas da Câmara Municipal de Sintra, interessadas em verificarem o funcionamento de um Julgado de Paz que servisse de *exemplo* ao Município de Sintra.

Muito boa receptividade dos cidadãos do Concelho do Seixal.

As Juízas de Paz do Julgado de Paz do Seixal manifestam-se, além do mais, no sentido de definição da carreira de Juiz de Paz, com aplicabilidade de regras dos Juizes de Direito e, só depois, da generalidade da função pública – o que subscrevemos embora *sem prejuízo da especificidade dos Julgado de Paz*.

Em 2002, entraram 87 processos. Em 2003, 152 processos. Nos 4 primeiros meses de 2004, 93 processos, o que equivale ao triplo dos processos entrados nos 2 anos anteriores.

Nota-se aumento de intervenções de Advogados.

Há, ainda, falta de divulgação, embora, designadamente, as Ex.^{mas} Juízas de Paz se esforcem também nesse sentido.

Há, ao que nos é relatada, déficit de adesão à mediação.

d) O caso do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia é muito significativo do valor e da aceitação da instituição.

Até 30 de Abril p.p., desde o início, haviam sido propostas 565 acções, em tão clara curva ascendente que 89 deram entrada nesse mês de Abril.

Apesar do aumento do ritmo de trabalho e da exigível dedicação casuística, o tempo médio da pendência dos processos é de 40 dias. Daqueles 565, 422 ficaram findos até final de Abril p.p. Daquele número de processos, em 175, pelo menos uma das partes foi representada por Advogado, o que evidencia que a Advocacia está com os Julgados de Paz sempre que haja esclarecimento e espírito de cooperação recíproca.

As Ex.^{mas} Juízas de Paz realçam o espírito de equipa – indispensável! – de quem trabalha naquele Julgado de Paz, referindo, em especial, os Funcionários, cuja situação laboral *precária* exige atenção urgente. Chamam, ainda, atenção para as dificuldades com transportes públicos, face à situação periférica do

Julgado de Paz – donde, a nosso ver, a urgência na abertura do previsto Posto de Atendimento (desejavelmente, Delegação) em Vila Nova de Gaia. Há, ainda, outros problemas, como os referentes ao sistema informático, privacidade no serviço de atendimento, ar condicionado, etc. E, the last but not the least, como este Conselho tem dito, urge legislar sobre a situação e carreira de Juízes de Paz.

e) O Julgado de Paz de Miranda do Corvo é um dos novos, tendo sido instalado em 1 de Março de 2004. Portanto, tem ainda escasso tempo de vida para efeito de ilações.

Os 7 processos entrados estão, todos concluídos, com o tempo médio de pendência de 28,3 dias.

Tem havido alguns problemas referentes à presença do mediador, segundo consta do relatório da Juíza de Paz Coordenadora. A articulação e a *unidade* dos Julgados de Paz é algo que justifica atenção e, para além de *formação* inicial, é um dos aspectos a justificar *formação contínua*. Em verdade e além do mais, para além da autonomia técnica da *mediação*, *esta tem dois campos com diferenciados contornos: o integrado nos Julgados de Paz e o exterior à respectiva competência*. Num caso, justifica-se a harmonização e, no outro, a questão ultrapassa os Julgados de Paz.

Há que incentivar a divulgação do Julgado de Paz, assunto que, à semelhança do que acontece com a generalidade dos Juízes de Paz, tem merecido atenção da respectiva Juíza de Paz (única) Coordenadora.

Ainda sobre a mediação, além do mais, a Ex.^{ma} Juíza de Paz termina o seu relatório sobre Abril de 2004, dizendo o seguinte, que parece sensato e ponderável, na perspectiva de serviço aos Cidadãos:

(...)

"Reitero a opinião de que, um dos dias da mediação deveria acontecer à quarta-feira, dia de feira e mercado semanal, quando a população se desloca à vila com vista à compra dos seus mantimentos e é também o dia escolhido para tratar dos seus assuntos".

f) O Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real foi instalado em 1 de Março de 2004, portanto há pouco tempo. E os elementos disponíveis, neste momento, reportam-se, apenas, aos 2 primeiros meses de vida.

Temos dito e mantemos que os Agrupamentos de Concelhos podem ser uma boa medida, aliás prevista no art.º 4.º da Lei n.º 78/2001. Mas tudo depende da situação concreta. Naturalmente, *o princípio da proximidade e a coordenação do Julgado de Paz que é uno impõe que o Juiz Coordenador se desloque a todos os Postos de Atendimento ou Delegações, a todos os Concelhos agrupados*. É um caso típico do que temos dito: a Justiça dos Julgados de Paz tem de ser *qualificada*, não quantificada. Daí que, havendo, como é o caso, apenas um Juiz de Paz, a actual Juíza de Paz (Coordenadora) diga:

(...)

"A complexidade de um Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos, com concelhos tão distantes uns dos outros e com o difícil acesso aos mesmos (alguns com uma hora de distância com a sede), impõe a existência de outro Juiz de Paz, um para dar assistência aos postos de atendimento e outro para assegurar todo o serviço na sede. Acresce que, neste Julgado de Paz existe a particularidade de em dois postos de atendimento existir o serviço de mediação, e da necessidade da Juíza se deslocar para homologação do acordo por sentença".(...)

Vêm, também, referidos problemas relativos aos dias em que funciona o serviço de mediação, que *faz parte* do Julgado de Paz, e a confusão, que se presta a situações melindrosas, referente aos Técnicos de Atendimento que acumulam este serviço com funções municipais. A Ex.^{ma} Juíza de Paz Coordenadora sugere que as Câmaras Municipais em causa contratem ou disponibilizem "dois técnicos cujas funções sejam apenas o atendimento nos vários postos".

Há, apenas, 7 processos a considerar naqueles 2 primeiros meses 2 dos quais com intervenção de Advogado.



O tempo de pendência não ultrapassa a ordem dos 30 dias.

Relativamente a 30 de Abril p.p., havia problemas, especialmente, nos Postos de Atendimento de Sabrosa (particularmente, quanto a autonomia funcional) e, pior, no de Peso da Régua, que ainda não entrara em funcionamento.

Todavia, tem-se “verificado uma crescente receptividade dos cidadãos”.

g) O Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, também instalado em 1 de Março de 2004 suscita, quanto à sua dimensão, as mesmas preocupações que o sediado em Santa Marta de Penaguião, o que é agravado por contraposição de alguma Advocacia, a nosso ver, em grande parte por déficit de esclarecimento e de diálogo com clara divulgação da instituição que, *tal como a Advocacia, existe para servir direito fundamental dos Cidadãos a Justiça oportuna e equitativa. Aliás, os Meios Extrajudiciais que são os Julgados de Paz não pretendem competir com quaisquer outros Meios de Justiça mas, apenas, conjugarem-se para, todos, servirem a Cidadania.*

Vem colocada a questão de, a manter-se a dimensão geográfica deste Agrupamento, vir a ser necessária a existência de dois Juízes de Paz.

Mas, em 30 de Abril p.p., dos cinco Postos de Atendimento previstos, só estavam a funcionar os de Lamego e Moimenta da Beira.

O Julgado de Paz dispunha, apenas, de 2 livros jurídicos. Aliás, a questão da bibliografia é quase generalizado, ora mais, ora menos.

Todavia, n entrada já então terminados. Média temporal de i: 26 dias.

h) O Julgado de Paz de Terras de Bouro também foi instalado em 1 de Março de 2004.

Até 30 de Abril p.p., haviam entrado 14 processos. Para um Julgado de Paz de só Concelho, no princípio, é positivo.

Tempo médio de pendência: 27 dias.



Detectaram-se situações difíceis de um Juiz de Paz em primeira nomeação, concursado há muito tempo, sem estágio, a que este Conselho procura dar o melhor apoio. Mas há que reconhecer que o Juiz de Paz é Juiz e, como tal, assiste-lhe o princípio constitucional da independência ^{*27}. Em todo o caso, existem situações normativas que, ali, têm suscitada controvérsia, como a das custas referentes a acordo obtido pelo Juiz de Paz (a que, neste relatório, já nos referimos) e que necessita de urgente clarificação por via normativa porque existe uma aparente lacuna legal.

i) O Julgado de Paz de Vila Nova de Poiares também foi instalado em 1 de Março de 2004.

Entraram, até 30 de Abril p.p., 7 processos, e 4 foram concluídos, com média de respectiva pendência, de 13 dias.

Transparece, do que vem relatando, que, em termos formativos e organizativos, o serviço de mediação deve ser, adequadamente, integrado. É, aliás, algo que se resolve, fundamentalmente, com bom senso, tendo em vista o interesse dos Cidadãos, que têm boa receptividade.

Tem havido divulgação, mas é algo a não parar.

j) O Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-Velho foi instalado em 5 de Abril de 2004.

É muito recente.

Até 30 de Abril p.p., recebeu 4 processos.

O escasso tempo não dá para pormenores.

Em todo o caso, com referência a 30 de Abril p.p., as observações do Ex.^{mo} Juiz de Paz eram já animadoras, embora faltasse abrir a Delegação de Mira, carente de computador.

O Ex.^{mo} Juiz de Paz fez várias sugestões legislativas ponderáveis. Entre o mais, referencia o já aludido caso do art.º 9.º n.º 1 da Portaria n.º 436/2002,

²⁷ - Art.º 203.º da C.R.P.



literalmente limitativa da intervenção de Advogado mas, como já dissemos, a nosso ver limitação inaplicável, desde logo, por inconstitucionalidade.

l) Julgado de Paz do Porto

Só foi instalado em 15 de abril de 2004. Portanto, até 30 de Abril, o tempo de análise é demasiado escasso.

Todavia, nessa quinzena, entraram 18 processos.

No relatório que recebemos em Maio, na parte subscrita pela Ex.^{ma} Juíza de Paz Dr.^a Alexandra de Castro Gomes, além do mais, dizia-se:

(...)

" 11. No que se refere á organização interna do Julgado de Paz, tendo em conta que este abriu apenas há duas semanas e que o Sr. Dr. Paulo Brito esteve de licença por motivo de doença quatro dias, não seria adequado emitir uma opinião fundamentada. Contudo penso que posso emitir uma primeira impressão que é a seguinte:

- a) O relacionamento entre Juízes é absolutamente cordial de respeito e entreajuda.
- b) Os mediadores que conheci mostraram-se simpáticos, interessados, receptivos, experientes e colaboradores.
- c) Os funcionários do Atendimento ao Público bem como os de Apoio Administrativo revelam-se completamente habilitados para o exercício das suas funções, totalmente disponíveis para tudo, totalmente colaboradores e fortemente empenhados no seu trabalho bem como colectivo.

12. Para concluir parece criar-se um elevado sentido de equipa com os mesmos objectivos e enorme espírito de colaboração entre todo os elementos que compõe este Julgado de Paz.

13. Quanto ás restantes informações solicitadas importa dar conhecimento que as dificuldades encontradas estão ainda num plano casuístico, pelo do meu ponto de vista seria prematuro, por falta de adequada ponderação e



conhecimento sério das reais dificuldades para elaborar qualquer pedido ou sugestão”.

Posteriormente, surgiram dificuldades que, neste momento, estão a ser analisadas por este Conselho que, eventualmente, motivarão oportunas especiais conclusões.

Ainda relativamente a Abril p.p., além do relatório da Ex.^{ma} Juíza de Paz Dr.^a Alexandra de Castro Gomes, recebido em 3 de Maio, recebemos outro, do Ex.^{mo} Juiz de Paz Coordenador Dr. Paulo Brito, em 11 de Maio e, depois, relato complementar, do Ex.^{mo} Juiz de Paz Coordenador, recebido em 13 de Maio.

Além do mais, falava-se em boa receptividade dos Cidadãos, apesar de “reduzida divulgação do Julgado de Paz”.

m) Como já se aflorou, o Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso só foi instalado em 17 de Março de 2004.

Daí que, de momento, nada se assinale.



V
CONCLUSÕES

As conclusões do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz foram ficando expressas e, aqui, naturalmente, não vamos repeti-las integralmente.

De todo o modo, poder-se-á fazer uma síntese quanto a algumas particularidades:

- 1) Os Julgados de Paz continuam a ser um indispensável contributo para a realização do direito fundamental, dos Cidadãos, de acesso ao Direito e à tutela jurisdicional efectiva, na base dos arts. 20.º, 202.º n.º 4, 209.º n.º 2 e 217.º n.º 3 da Constituição da República Portuguesa.
- 2) Nisto, tem havido uma clara sintonia entre a Assembleia da República e os Governos, em duas legislaturas.
- 3) Na linha do seu primeiro relatório (Junho de 2002), desde 8 de Outubro de 2002, conforme a experiência que vem acumulando, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz tem feito, como é seu dever, propostas, sugestões, recomendações de alterações legislativas dos meios normativos dos Julgados de Paz, a começar pela Lei n.º 78/2001, de 13.07 que, sendo uma excelente lei, naturalmente carece, agora, de alterações.
- 4) Os Julgados de Paz têm origem, em Portugal, em algo que vem da aurora da nossa História, e só teve eclipse na 2ª metade do século XX. Aliás, os Meios Extrajudiciais de Resolução de Diferendos em que se inserem os Julgados de Paz são, hoje, opções seguras, mormente no espaço cultural em que nos inserimos, dos dois lados Atlântico e, em especial, ao nível das orientações do Conselho da Europa e da União Europeia.
- 5) De todo o modo, é indispensável constante e clara divulgação e esclarecimento cívico.



**CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ**

28

6) Os Julgados de Paz de Lisboa, Seixal e Vila Nova de Gaia passaram a abranger a plenitude dos respectivos Concelhos. O Julgado de Paz de Oliveira do Bairro passou a ser de Agrupamento dos Concelhos de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada, aguardando o correspondente Protocolo. Já em 2004, foram instalados mais 8 Julgados de Paz a saber:

- Terras de Bouro – instalado em 01-03-2004
- Vila Nova de Poiares – idem
- Miranda do Corvo – idem
- Agrupamento de Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende – idem
- Agrupamento de Concelhos de Santa Marta de Penaguião, Alijó, Murça, Peso da Régua, Sabrosa e Vila Real – idem
- Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Mira e Montemor-o-velho – instalado em 05.04.2004
- Porto – instalado em 15.04.2004
- Agrupamento de Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso – instalado em 17.05.2004.

7) Não obstante os significativos aumentos de competência territoriais dos Julgados de Paz mais antigos, e o geral aumento de processos, estes continuaram a ficar solucionados, em média, em menos dois meses.

8) Os Julgados de Paz são Meios Alternativos ou Extrajudiciais vocacionados para Justiça Restaurativa

9) Os Julgados de Paz têm bases constitucionais (arts. 202.º n.º 4, 209.º n.º 2 e 217.º n.º 3 da C.R.P.) e, privilegiando a mediação, dão-lhe adequada eficácia ao pressupor homologação jurisdicional, face a “justa composição dos litígios por acordo das partes”^{*28}, antecipando solução de problemática em estudo na U.E.^{*29}

²⁸ - Arts. 2.º n.º 1 e 56.º n.º 1 da Lei n.º 78/2001

²⁹ - Que acompanhamos através da nossa ligação ao Grupement Européen de Magistrats pour la Mediation



CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO
DOS JULGADOS DE PAZ

29

10) De todo o modo, ultrapassada a chamada fase experimental inicial dos Julgados de Paz, é necessário remodelação legislativa, mormente da Lei n.º 78/2001, a que nos referimos, especialmente, no cap. III deste relatório.

11) É indispensável que, com a brevidade possível, seja realizada acção de *formação contínua de Juizes de Paz*, nas vertentes humanista, psicológica, ética, deontológica e técnico-jurídica, porventura em uma Universidade; como é necessária a realização de *novo concurso-curso para Juizes de Paz*, para o que a *Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* já manifestou disponibilidade.

12) Retomando o que, através, se ia dizendo, ultrapassada a chamada fase experimental inicial da restauração dos Julgados de Paz, é necessária remodelação da respectiva panóplia legislativa, a começar pela Lei n.º 78/2001, de 13.07, apesar de ter sido uma boa lei: simples e objectiva. Além do mais em especial, há que expressar a possibilidade de renomeação de Juizes de Paz após o primeiro triénio, porventura precedendo – para o que são precisos tempo e meios! – acção inspectiva da alguém idóneo mandatado por este Conselho; há que aumentar a competência em relação ao valor; posto que os *Julgados de Paz não são um sub-sistema*, justifica-se que os *recursos* das suas decisões, quando tenham cabimento, sejam interpostos para as Relações (tal como de Tribunais Arbitrais ^{*30}) enquanto não há um Julgado de Paz de 2º grau (tipo Turma Recursal, como no Brasil), e que os Julgados de Paz tenham competência executiva, pelo menos, das suas próprias decisões; convém explicitar a competência dos Julgados de Paz para procedimentos cautelares e clarificar e competência reconventional; naturalmente, impedimentos e suspeições de Juizes de Paz devem ser, clarificadamente, da competência do Conselho de Acompanhamento; incidentes e prova pericial não devem impor remessa ao foro judicial; não deve haver qualquer cominação nem sequer semi-plena, o que pode levar a “Justiça” formal na base de ficção fáctica; o Conselho de Acompanhamento tem toda a razão de ser, dado que os Julgados de Paz são *Tribunais Extrajudiciais, na base do art.º 217.º n.º 3 da Constituição da República*

³⁰ - Art.º 29.º n.º 1 da Lei n.º 31/86, de 29.08

Portuguesa, mas necessita de revisão da sua composição, tornando-se mais operacional, mormente com a inclusão urgente de 1 ou 2 Juízes de Paz, Advogado e Solicitador, como é necessário que tenha meios para designar quem realize, in loco, qualquer acção inspectiva, bem como necessita de regulamento de um quadro de meios humanos, materiais, administrativos, devendo relatar, anualmente, a situação à Assembleia da República e ao Governo.

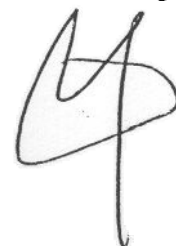
13) Aliás, outros diplomas legais necessitam de revisão, como a Portaria n.º 436/2002, de 22.04, sobre mediação, e a Portaria n.º 1456/2001, de 28.12, designadamente, clarificando a possibilidade de redução de custas em caso de acordos obtidos pelos Juízes de Paz.

14) Os Julgados de Paz de Lisboa, Seixal e Vila Nova de Gaia estão com incremento de serviço, mormente a partir do aumento das competências territoriais, com os mesmos meios. No caso do Agrupamento de Concelhos de Oliveira do Bairro, Águeda, Anadia e Mealhada, aguarda-se o respectivo Protocolo que, espera-se, será um factor de maior intervenção.

Os Juízes de Paz fazem várias sugestões que sintetizamos neste relatório.

15) Quanto aos novos 8 Julgados de Paz, o tempo de vida ainda é pequeno.

Os maiores problemas ocorrem nos Agrupamentos de concelhos mais extensos, como são os sediados em Santa Marta de Penaguião e Tarouca, e tal vai referenciado no capítulo anterior deste relatório.



VI
FINALIZANDO

Devemos aproveitar este momento para frisar que, especialmente num Julgado de Paz, o trabalho dos Juizes de Paz não pode ser quantificado mas, sim, qualificado. Os Juizes de Paz têm de ter tempo para se dedicarem, integralmente, às pessoas, devendo estar totalmente empenhados em acompanhar o seu percurso, compreendê-las, ajudá-las, inclusive, a encontrar soluções que pacifiquem. Quantas vezes um acordo justo dá muito mais trabalho e ocupa muito mais tempo que um vulgar julgamento.

Finalizando, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz reafirma não só a sua esperança nos Julgados de Paz mas, também, firme convicção na sua indispensabilidade a favor da cidadania, havendo que prosseguir na instalação, ainda que faseada, pelo País (Continente e Regiões Autónomas), e resolver os casos de necessárias revisões normativas e de reanálise de algumas necessidades de meios e de reformulações pontuais.

_____X

Aprovado em sessão do
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz de 14 de Julho de 2004